

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novo modelo de leilão da ANP tem oferta permanente	2
Título: Aposta em energia solar mira cidades isoladas da Amazônia	4
Título: Luz para Todos desembolsará R\$ 1,1 bilhão no prazo de 3 anos.....	6
Título: Falta de regularização prejudica região, diz Salles	7
Título: Minas quer antecipar receita com nióbio	9
Título: Petrobras fará recompra e troca de bônus.....	11
Título: Indígenas não poderão vetar projetos.....	11
Título: Uso de lei delegada pode apressar privatizações	13
Título: Brasil quer acordo automotivo com Paraguai	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Transparência nas estatais estaduais	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Mineradoras prometem mudar após Brumadinho	17
Título: Apoio a privatizações cresce com Bolsonaro, mas não tem maioria.....	17
Título: Estreia	19
Título: Governo Doria quer reduzir tarifa de pedágio para caminhões à noite em SP	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Petroleiras disputam blocos 'que sobraram' de outros leilões	22
Título: Metas e planos da Petrobras	24
Título: Royalties e pacto federativo	26
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: Promessa de US\$ 62 bi aplicados por empresas	27

Título: Bunge e BP juntas em bioenergia 28

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Novo modelo de leilão da ANP tem oferta permanente

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) inaugura hoje uma nova modalidade de leilão - a oferta permanente - que funcionará como uma espécie de licitação "on demand" de áreas de óleo e gás para petroleiras. O primeiro teste desse modelo oferecerá 273 blocos de exploração e 14 campos inativos, com acumulações marginais. Ao todo, 47 pequenas, médias e grandes empresas do setor estão inscritas para participar da rodada.

A oferta permanente é um mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, um pacote de ativos para compra sob demanda. Tratam-se de campos de baixa produtividade, devolvidos à União pelos antigos detentores da concessão, ou blocos exploratórios ofertados em leilões anteriores, mas não arrematados.

Pelo novo mecanismo, esse cardápio de ativos fica disponível para que as empresas, a qualquer momento, manifestem o interesse em adquirir as áreas ofertadas. Se confirmado, a ANP chama, então, uma sessão pública de ofertas, para que outras empresas possam competir pelas áreas. Nesse caso, o órgão regulador coloca em oferta não só os ativos que tenham despertado interesse das companhias, mas todas as áreas que estão dentro do mesmo setor, ou seja, das regiões que concentram os blocos atrativos.

Com a oferta permanente, as petroleiras não precisam esperar as rodadas de licitações para ter oportunidades de aquisição. Um dos principais atrativos desse modelo, segundo a ANP, é que ele permite que as empresas estudem por

mais tempo as áreas disponíveis. Numa rodada convencional, os geólogos geralmente têm um prazo mais restrito para avaliar as áreas disponibilizadas - também elas mais restritas. Agora, a agência passam a trabalhar com uma perspectiva de oferta mais contínua de ativos.

A maioria dos ativos disponibilizados pela ANP na oferta permanente é terrestre. A intenção da agência é encerrar as rodadas de licitações de áreas onshore e só ofertá-las pelo novo mecanismo. O universo de áreas disponíveis na oferta permanente, atualmente, é de 600 blocos, mas a maior parte deles não despertou interesse, num primeiro momento. Por isso, hoje, as petroleiras poderão apresentar propostas por 287 ativos, localizados nas bacias de Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas e Campos.

Se todos os ativos oferecidos forem negociados, com base no bônus de assinatura mínimo, a União poderá arrecadar R\$ 296 milhões - valor muito abaixo daqueles envolvidos nas rodadas do pré-sal e de águas profundas. A grande expectativa da ANP, contudo, não está no potencial de arrecadação da oferta permanente, mas sim na sua vocação para dinamizar a indústria de óleo e gás terrestre. De acordo com o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, o interesse das empresas superou as expectativas.

"Vamos ter um sucesso muito maior do que o esperado na oferta permanente. Imagínávamos [inicialmente] que haveria interesse por apenas um setor e estamos ofertando 14. A arrecadação não é o foco nessa rodada, porque os bônus de assinatura são menores. São áreas que já foram leiloadas no passado e não tiveram interessados. O foco é atração de investimentos. E acho que, do ponto de vista da atração de investimentos e retomada das atividades terrestres, vai ser espetacular", disse Oddone, em declaração recente à imprensa.

Para o secretário-executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Anabal Santos Jr., a abertura em curso do setor de óleo e gás traz boas perspectivas para a oferta permanente. Ele lembra que o governo pretende implementar, a partir do ano que vem, o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate). Um dos principais pontos do programa é resolver entraves no licenciamento ambiental e na exploração de recursos não convencionais - assunto, hoje, judicializado em vários Estados.

"Nossa expectativa é a de que haja pluralidade nas ofertas", afirma Santos.

O executivo também cita o avanço recente dos desinvestimentos da Petrobras. Há mais de três anos tentando vender seus campos terrestres, a estatal, enfim, assinou seus primeiros contratos, para venda do Polo Riacho da Forquilha (RN), para a PetroRecôncavo (US\$ 384 milhões); e para venda do Polo Macau (RN), para a 3R Petroleum (US\$ 191,1 milhões). A Petrobras possui, ainda, 84 concessões onshore à venda neste momento.

O sucesso ou não do primeiro ciclo da oferta permanente ainda é uma incógnita. Os ativos ofertados possuem baixa atratividade em relação aos blocos em águas profundas previstos para serem licitados na 16ª rodada de concessões e na 6ª rodada de partilha, entre outubro e novembro. Santos acredita, contudo, que blocos vizinhos a descobertas existentes e aos campos à venda pela Petrobras tendem a despertar interesse.

A Imetame (que tem um projeto termelétrico a gás na Bahia), a Alvopetro (que constrói uma unidade de processamento de gás no mesmo Estado) e a Eneva (dona do complexo termelétrico do Parnaíba, no Maranhão) são potenciais candidatas a reforçar suas respectivas carteiras de ativos no Recôncavo e Parnaíba, por exemplo.

Entre as potenciais interessadas em adquirir áreas marítimas, por sua vez, estão as americanas ExxonMobil e Murphy Oil e a brasileira Enauta, que compraram uma série de áreas em águas profundas de Sergipe-Alagoas, próximas a ativos incluídos na oferta permanente. A PetroRio, que planeja executar campanhas exploratórias na Bacia de Campos, é outra candidata.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Aposta em energia solar mira cidades isoladas da Amazônia

A região amazônica ainda concentra a maior parte dos chamados sistemas isolados, regiões não conectadas à rede de transmissão e distribuição de energia do Brasil, dependentes de geradores caros e poluentes a diesel e óleo combustível. Uma iniciativa privada pretende fomentar na região a geração de energia solar fotovoltaica, com ganhos também no desenvolvimento da indústria local e na geração de empregos.

A iniciativa partiu da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), em parceria com a Fundação Charles Stewart Mott. O objetivo é estimular políticas

públicas voltadas à implementação de energia solar, principalmente no Estado do Amazonas.

O projeto prevê reuniões com prefeitos de 62 municípios que têm regiões isoladas no Amazonas, com apresentação e discussão de propostas para geração de energia menos poluente. A ABGD tem parceria com o Senai para formação de mão de obra qualificada no Estado.

Hoje, o Amazonas tem instalados 267 sistemas de geração distribuída, todos utilizando a fonte solar fotovoltaica, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A expectativa da ABGD é que o projeto possa no mínimo dobrar o número de instalações na região.

O orçamento do projeto da ABGD com a Fundação Mott é modesto: US\$ 150 mil na primeira fase e uma segunda de US\$ 450 mil. "Ao fim, se tudo der certo, deverá chegar a US\$ 1 milhão", disse Carlos Evangelista, presidente da ABGD. Os recursos são da fundação, que já trabalha com entidades na região amazônica.

"Queremos utilizar os recursos para fomentar políticas públicas na região", disse Evangelista. Segundo ele, a ABGD vem tratando do assunto também com Tatiane Simão, responsável pela captação de Novos Negócios do Amazonas, além de Leandro Benevides, chefe da representação do governo do Amazonas em São Paulo.

"Temos 7 mil empresas no Brasil no mercado de geração distribuída. Estamos preparados para divulgar a oportunidade, fazer treinamento e capacitação", afirmou Evangelista. De acordo com ele, o projeto pode resultar em "milhares de empregos" e crescimento da economia na região.

A energia solar fotovoltaica é ideal para a região amazônica pois não há quedas d'água para centrais de geração hidrelétrica nem proximidade com centros de produção de biomassa. O regime de chuvas local, contudo, é um obstáculo que prejudica a geração de energia solar, admitiu Evangelista. "Por isso também queremos levar baterias, que são carregadas durante o período de insolação", disse. Hoje, como há muitas comunidades totalmente isoladas da rede elétrica, são usadas bombas a gasolina, que só geram energia durante pequena parte do dia, a um elevado custo e com baixa qualidade.

Nessas regiões isoladas, as instalações de energia solar associada às baterias configurariam "micro grids", e não geração distribuída, já que esta última modalidade envolve a injeção da energia não consumida na rede. Segundo Evangelista, as tradicionais baterias de chumbo-ácido (tradicionalmente usadas em veículos) podem ser usadas com essa finalidade, mas as baterias de lítio,

mais eficientes, estão com custo cada vez menor. "O custo de armazenamento já é mais baixo que o do gerador a diesel."

O projeto da ABGD tem ainda "sinergia" com o programa Luz Para Todos, do governo federal, que tem o objetivo de universalizar o acesso à energia no país até 2022. "Nosso papel também envolve fomentar políticas nas prefeituras para que possam se beneficiar do programa", disse.

A Fundação Mott, criada em 1926, gerencia fundos privados de filantropia e apoia projetos para a promoção da sustentabilidade em diversos lugares do mundo. "Temos o prazer de fazer parceria com a ABGD para promover a geração distribuída a energia renovável e cadeias de suprimento para comunidades isoladas na Amazônia brasileira", disse Traci Romine, gerente do programa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Luz para Todos desembolsará R\$ 1,1 bilhão no prazo de 3 anos

O Programa Luz Para Todos, cujo objetivo é universalizar o acesso à energia elétrica em todo o Brasil até 2022, deve desembolsar R\$ 1,1 bilhão em 2020, sendo R\$ 337 milhões para a região Norte do país.

O orçamento, que ficou em consulta pública entre 30 de agosto e 5 de setembro, prevê um grande volume de recursos para a Bahia: R\$ 445 milhões. Segundo Antonio Celso de Abreu, diretor do Departamento de Políticas Sociais do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, isso se deve à concentração grande de novos consumidores na região, que deverão ser interligados ao sistema.

No Norte, o desafio é outro. Até 2022, a intenção é fazer toda a interligação possível com o sistema. "E aí teremos um grande desafio que será desenvolver sustentabilidade no Norte no que chamamos de sistemas isolados", disse Abreu. Segundo ele, é inviável conectar à rede muitas áreas remotas dessa região.

No ano passado, a Eletrobras vendeu as distribuidoras de energia de Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia para investidores privados. Segundo Abreu, o MME aguarda os planos de investimento dos novos donos para trabalhar com números mais exatos e projeções da expansão do acesso à energia.

Para essas regiões remotas, os "micro grids" são a solução pensada pelo MME. "Serão pequenos sistemas não conectados ao grid que atendem uma quantidade grande de consumidores", disse Abreu.

Iniciativas como o projeto da ABGD em parceria com a Fundação Charles Stewart Mott para levar energia solar fotovoltaica para a região amazônica são bem-vistas pelo governo, segundo ele. Os recursos do programa Luz Para Todos são financiados por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo bancado por todos os consumidores do país por meio da tarifa. Assim, equipamentos doados por projetos privados ajudam a reduzir custos repassados na conta de luz.

"Trabalhamos com políticas públicas de forma globalizada, mas atitudes como essa são bem-vindas. Os equipamentos são doados de forma transparente e legalizada", disse Abreu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Falta de regularização prejudica região, diz Salles

A falta de regularização de atividades de exploração na Amazônia que poderiam seguir parâmetros ambientais impede o desenvolvimento econômico sustentável da região, defendeu ontem o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ao participar de almoço-debate do Lide, Salles voltou a criticar a atuação de órgãos de fiscalização e as condenações internacionais que o Brasil tem sofrido pela política ambiental do governo Bolsonaro.

Citando reportagem do "Wall Street Journal", Salles mencionou que 51% das queimadas na Amazônia ocorrem em áreas sem definição de titularidade. "A regulamentação fundiária é pré-condição para que se tenha possibilidade de implantar responsabilidade para cuidar do que está lá."

Pelo sistema de monitoramento atualizado diariamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve 4,9 mil focos de queimadas no bioma amazônico nos oito primeiros dias de setembro, queda de 61% sobre igual período de 2018. No acumulado de janeiro até ontem, porém, há aumento de 48%.

Questionado sobre os dados após o debate, Salles disse que as ações do governo, como o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Amazônia, já estão dando resultados. A pasta do Meio Ambiente, disse, precisa mostrar que o que está sendo feito "é distante do que

vem sendo alardeado por alguns, tanto nacional quanto internacionalmente", sem mencionar nomes.

Durante o debate, o ministro afirmou que a "mentalidade sindicalista" dos governos anteriores prejudicou a atuação do Ibama e do ICMBio, os dois principais órgãos fiscalizadores.

Segundo Salles, há mais de 850 garimpos ilegais na Amazônia, estatísticas que, de acordo com ele, já eram conhecidas pelos governos anteriores, mas que foram ignoradas. Devido à "aversão ao setor privado" das gestões passadas, afirmou, empresas não participam da maior parte das atividades produtivas na floresta, que são desenvolvidas por entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o ministro, há um potencial "enorme" para diversas atividades de exploração de recursos naturais amazônicos, que podem trazer desenvolvimento econômico aos 20 milhões de habitantes da região.

Não é verdade que o governo Bolsonaro foi tolerante com atividades criminosas na Amazônia, disse Salles. Nesta segunda, a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, repreendeu novamente a política do Brasil para a Amazônia. Na abertura da 42ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, do qual é alta comissária, Michelle disse estar "profundamente preocupada" com o desmatamento.

Questionado após o almoço sobre as declarações, Salles disse que o governo brasileiro tomou "todas as atitudes que poderia" para conter o aumento das queimadas, que estão sendo controladas. Na palestra, ele voltou a cobrar de economias desenvolvidas o envio de recursos que seriam devidos ao Brasil por ter cumprido suas metas ambientais.

Desde 2005, em razão do protocolo de Kyoto, o Brasil ainda teria US\$ 2,5 bilhões receber, relativo a 250 milhões de toneladas de créditos de carbono que o país deixou de emitir. "Estamos falando de US\$ 2,5 bilhões que não viraram negócio e temos direito de transacionar", disse, calculando cada tonelada a US\$ 10.

O Brasil está "indo muito bem, obrigado" no cumprimento de suas metas estabelecidas no Acordo de Paris, enquanto muitos países europeus que firmaram o termo e condenaram a política ambiental brasileira não vão cumprir seus objetivos, provocou Salles.

Quando o Acordo de Paris foi negociado, disse, ficou acertado que os países em desenvolvimento teriam à disposição US\$ 100 bilhões ao ano, a serem levantados pelos países desenvolvidos, para cumprirem suas metas, cobrou o ministro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Minas quer antecipar receita com nióbio

O governo de Minas Gerais planeja tomar um empréstimo de até R\$ 5 bilhões usando como garantia recebíveis de sua participação na exploração e venda do nióbio. A afirmação foi feita ontem pelo vice-governador, Paulo Brant (Novo). De acordo com ele, vários bancos serão convidados e a escolha se dará num modelo de leilão.

O **ValorPRO**, o serviço de informações em tempo real do **Valor**, havia antecipado na sexta-feira que o governo estava trabalhando em uma operação financeira envolvendo os recebíveis do nióbio. Até ontem, no entanto, o governo mineiro não havia dado detalhes do plano.

O nióbio é um mineral usado por siderúrgicas na produção de aços mais leves e resistentes. O maior produtor do mundo é a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), empresa que tem como principal acionista a família Moreira Salles, sócia também do Itaú Unibanco.

Processado e exportado pela CBMM, o nióbio é extraído em uma mina na cidade de Araxá, no oeste de Minas Gerais. O Estado é dono de parte da mina e a outra parte pertence à CBMM. Pelo acordo em vigor, o Estado recebe mensalmente parcelas equivalentes a 25% dos lucros obtidos pela CBMM. O acumulado deste ano caminha para atingir R\$ 1 bilhão. A receita da empresa controlada pela família Moreira Salles em 2018 foi de R\$ 7,4 bilhões.

O Estado é remunerado por meio de uma de suas empresas, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). "O valor depende do mercado. Alguma coisa na faixa de R\$ 5 bilhões, R\$ 4 bilhões", disse ele ontem a jornalistas após um evento com empresários em Belo Horizonte.

Minas Gerais está mergulhado em uma severa crise fiscal já há alguns anos e o governo pretende, com esse futuro recurso, garantir o pagamento o 13º salário deste ano e tentar voltar a pagar salários dos servidores em uma única parcela. Desde 2016, o salário vem sendo parcelado em até três vezes.

A ideia, segundo Brant, "é usar os recebíveis que o Estado tem do nióbio. É usar os recebíveis que o Estado recebe como garantia para que os bancos façam esse empréstimo".

A equipe do governador Romeu Zema (Novo) - que tomou posse em janeiro - prevê fazer um leilão com as melhores propostas de empréstimo.

"Vamos fazer uma oferta, vários banco vão entrar. E como é um bom empréstimo, porque o risco é muito baixo, a expectativa é a de que o juro [a ser pago pelo Estado] seja baixo. Mas isso é leilão, a gente vai fazer convite, vários bancos vão entrar. Isso deve ser outubro ou novembro", disse Brant. Se sair do papel, o financiamento servirá de empréstimo-ponte, nas palavras do vice-governador.

Segundo Brant, o empréstimo permitiria um alívio nas contas enquanto o pacote de ajustes - que está para ser enviado à Assembleia Legislativa - ainda não comece a surtir efeitos positivos sobre as finanças de Minas.

Desse pacote constarão proposta de privatizações. Não está claro se a Codemig entrará no rol de empresas a serem privatizadas - ainda mais se a operação de crédito for baseada nos pagamentos recebidos por ela.

Em paralelo à negociação de um empréstimo com base nos recebíveis do nióbio, o governo Zema e a direção da CBMM travam uma discussão a respeito dos valores que a empresa paga ao Estado.

A parte da mina em Araxá pertencente ao Estado é menor do que a parte pertence à CBMM. No entanto, o teor de nióbio da seção estatal é 18% maior que a da seção privada. Essa diferença não tem sido levada em conta na hora do cálculo da quantia paga ao Estado porque no contrato não há menção a esse critério.

"Existe um desequilíbrio financeiro nessa relação" disse ao **Valor** o presidente da Codemig, Dante de Matos. "Nosso objetivo é que o Estado seja remunerado de acordo com o teor. Essa é a minha prioridade zero", afirmou. O contrato entre o Estado e a CBMM é de 1972 e vai até 2032.

Por meio de nota, a direção da CBMM afirmou: "O cumprimento do contrato é objeto de auditoria trimestral, realizada por empresa de auditoria independente contratada pela Codemig, que sempre atestou e continua atestando a correção dos pagamentos realizados pela CBMM à Codemig a título de participação no lucro".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2019****Seção: Finanças****Autor: Álvaro Campos | De São Paulo****Título: Petrobras fará recompra e troca de bônus**

A Petrobras fará uma recompra ou troca de até US\$ 3 bilhões para sete bônus externos. Os detentores que optarem pela troca receberão um título novo, com vencimento em 2030 e juro com base no rendimento do bônus de dez anos do governo americano mais 3,22% ao ano.

O prazo para aderir à oferta de troca vai até o dia 13 de setembro. O preço de recompra de cada título será calculado a partir do spread sobre a taxa das notas do Tesouro americano, de acordo com uma tabela predefinida. Os detentores dos títulos também receberão um percentual do pagamento em dinheiro, na proporção do volume ofertado.

Além da troca, também haverá uma oferta de recompra pura, para os mesmos títulos, de até US\$ 500 milhões. No total, os títulos que são alvo das ofertas somam US\$ 19,9 bilhões em valor do principal devido.

A S&P Global assinalou um rating "BB-" para a oferta de troca e recompra. Segundo a S&P, "as transações estão em linha com nossas expectativas, a Petrobras continua a manter o foco na redução do endividamento e [as operações] vão também estender o já confortável perfil de maturidade [da dívida]".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte****Título: Indígenas não poderão vetar projetos**

O governo federal deve finalizar dentro de algumas semanas o texto que servirá de base para um projeto de lei sobre mineração em terras indígenas. A Constituição prevê atividade minerária nessas áreas, mas, como o tema nunca foi regulamentado pelo Congresso Nacional, continua sendo proibido.

Segundo o secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério das Minas e Energia, Alexandre Vidigal, os povos indígenas não terão poder para vetar projetos de mineradoras em suas terras. Mas, segundo ele, na prática, os índios terão poder de dissuadir eventuais investimentos.

"A Constituição não fala em veto. Agora, temos que ter bom senso. Qual investidor vai querer aplicar o seu dinheiro quando uma comunidade disser 'eu não quero sua atividade minerária aqui'?", disse Vidigal a jornalistas no fim da tarde de ontem após participar de um debate em Belo Horizonte da abertura da Exposibram, congresso anual do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) em Belo Horizonte.

Vidigal disse que o texto que está sendo elaborado pelo governo envolve diversos ministérios e órgãos, entre eles Casa Civil, Funai e Ibama - e análises técnicas e políticas. "A proposta do projeto está quase pronta. Acredito que até o fim do mês deve ser apresentada."

Um dos pontos ainda em aberto diz respeito a como os indígenas serão remunerados pela mineração em suas terras - caso o assunto venha realmente ser regulamentado. "Isso não está muito bem definido, se vai ser um royalty fixo ou se vai ser um ganho participativo", afirmou Vidigal. "A Constituição fala que as comunidades indígenas devem se beneficiar do valor dessa produção."

Garimpos ilegais em terras indígenas são uma realidade antiga e persistente, sobretudo na região amazônica. Em Roraima, por exemplo, garimpeiros em busca de ouro são foco constante de pressão sobre os ianomâni; no norte de Mato Grosso, o ouro também move as buscas nas terras habitadas pelos caiapó; e em Rondônia, garimpeiros e índios da etnia cinto-larga têm um longo histórico de tensão em lavras ilegais de diamante na região da terra indígena Roosevelt.

Abrir terras indígenas à mineração foi tema de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e que tem suscitado muitas divisões. De um lado, o argumento de que a presença de mineradoras trarão novos problemas a comunidades indígenas; de outro, o argumento de que é melhor ter operações legais do que invasões e garimpos ilegais.

Grandes mineradoras que operam no Brasil têm mostrado, por enquanto, pouco interesse pela discussão. A posição de modo geral é que há ainda muitas áreas não indígenas a serem exploradas no país.

Mas sobre muitas terras indígenas já existem requerimentos de pesquisa ou de lavra - muitas delas de empresas de pequeno porte -, a despeito de a mineração nessas áreas ainda estar proibida.

Vidigal afirmou que um dos pontos a serem definidos na minuta de um futuro projeto é quem terá a primazia de explorar essas áreas. As empresas que já registraram seu interesse nesses territórios ou as que vierem a fazê-lo no futuro?

"Essa é uma das questões que vão ser submetidas a esse grupo mais político e técnico", disse o secretário.

Sua visão é que esse processo deva começar do zero. "A nosso ver nós temos que dar início a toda uma fase nova de requerimentos. Até porque esses requerimentos não foram formulados diante de uma legislação."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: Uso de lei delegada pode apressar privatizações

O "fast track" para acelerar as privatizações e concessões pode ser criado por lei delegada, conforme previsto no artigo 68 da Constituição Federal. A ideia foi, originalmente, sugerida pelo ex-ministro Delfim Netto. E teve a total concordância do ministro da Economia, Paulo Guedes, que, em entrevista ao **Valor**, afirmou ter chegado à mesma conclusão que o ex-ministro, de que é preciso encurtar os prazos dos órgãos públicos para se manifestarem à respeito da venda de empresas estatais e das concessões para o setor privado explorar serviços públicos.

A lei delegada é proposta pelo presidente da República, que solicita delegação do Congresso, sob a forma de resolução que especifica o conteúdo e os termos do seu exercício.

No caso do "fast track", a lei, cuja vigência seria temporária, poderia definir prazos mais enxutos para as privatizações. A urgência na alienação de ativos públicos decorre da constatação de que só a expansão dos investimentos privados poderá puxar o crescimento econômico, dada a precariedade das finanças públicas e a fragilidade da demanda.

O Tribunal de Contas da União (TCU) demora um ano ou mais para se pronunciar a respeito desses temas. O Ibama também não tem celeridade na aprovação de licença ambiental.

Há exemplos concretos dessa demora. No dia 5 de outubro completa um ano que o tribunal examina a renovação antecipada da concessão da malha ferroviária paulista, que pertence à empresa Rumo, com investimentos previstos de R\$ 5 bilhões.

A linha de transmissão Manaus-Boa Vista, que é investimento da Alupar e da Eletronorte, deveria ter ficado pronta em 2015, mas, até hoje, não tem licença ambiental e, portanto, não foi construída.

Ao que tudo indica, Paulo Guedes poderá ter grande ajuda do provável novo procurador-geral da República, Augusto Aras, indicado pelo presidente da República para substituir Raquel Dodge.

O Ministério Público também assumiu maior protagonismo no controle dos processos de privatização e de concessão. Aras declarou que pretende ter uma atitude mais colaborativa com os investimentos em infraestrutura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Brasil quer acordo automotivo com Paraguai

O Brasil está usando o tratado de livre-comércio Mercosul-União Europeia (UE) para tentar estimular um acordo automotivo com o Paraguai. O país vizinho é o único do bloco sul-americano a não ter sequer a previsão de liberalizar o comércio nesse setor com o Brasil, que em 15 anos terá que zerar as tarifas de importação de veículos fabricados na UE.

Já o anúncio de um novo acordo sobre a energia produzida em na usina de Itaipu, após a crise que quase derrubou o presidente Mario Abdo Benítez, deve ficar para depois. Os dois lados avaliam que o momento político não é propício para falar publicamente sobre o tema, que vem sendo tratado por técnicos de ambos os países.

O chanceler paraguaio, Antonio Rivas, reuniu-se ontem com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, no Palácio Itamaraty, para tratar deste e outros temas da agenda bilateral e do Mercosul. Depois, foi até a Confederação Nacional da Indústrias (CNI). Nos dois casos, a pauta do setor automotivo dominou as conversas.

O Brasil pressiona por um acordo automotivo que inclua, além da eliminação gradual de tarifas, mais restrições à importação de carros usados pelo Paraguai. O país tem grande parte de sua frota de veículos importada dos Estados Unidos e do Japão. O governo brasileiro e o setor privado creem que mais restrições a esse tipo de prática expandirão o mercado para os carros produzidos por aqui.

Os vizinhos, por sua vez, pleiteiam a eliminação de tarifas incidentes sobre o setor de autopeças local. O Brasil vem há anos atrelando uma possível queda dessas tarifas a um processo de liberalização do comércio automotivo.

"Queremos criar novos marcos de integração produtiva. Começamos a negociar o acordo automotivo Brasil-Paraguai, um setor estratégico para ambos os países", disse Araújo em uma declaração à imprensa ao lado de Rivas.

Gerente-executivo de Assuntos Internacionais da CNI, Diego Bonomo encontrou-se ontem com o chanceler paraguaio e defendeu um acordo automotivo.

"O setor automotivo ficou de fora da área de livre-comércio do Mercosul. Já temos acordos com Uruguai e a Argentina e o mercado vai ser abrir para a UE", disse ao **Valor**. "Não faz mais sentido o Paraguai continuar a cobrar tarifas do automóvel brasileiro se os carros europeus vão entrar livres de taxas no Mercosul daqui a alguns anos."

Na reunião com Rivas, Bonomo disse ter sentido haver uma "convergência de interesses" em avançar na agenda econômica do Mercosul - que, diz ele, ficou paralisada por quase dez anos até 2016.

A CNI defende um acordo de facilitação de comércio, para diminuir custos aduaneiros dentro do bloco. Esse tema também foi tratado no encontro entre os chanceleres. Os dois países também conversam sobre eliminar a bitributação de produtos comercializados dentro do bloco e a flexibilização de regras de origem - uma demanda paraguaia para exportar mais produtos de suas maquiladoras.

Outro assunto tratado foi o corredor bioceânico que deve atravessar o território paraguaio, ligando o Centro-Oeste ao Pacífico. Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, almoçou com os ministros para conversar sobre o tema.

Rivas assumiu o cargo depois que a revelação de uma "acordo secreto" firmado entre Brasil e Paraguai em abril sobre a energia produzida em Itaipu derrubou seu antecessor, Luis Castiglioni. O acordo, no qual o Paraguai aceitava pagar mais pela energia gerada pela hidrelétrica binacional, abriu uma grave crise política no país que quase levou ao impeachment de Mario Abdo.

Com um aliado regional sob ameaça de perder o posto, o presidente Jair Bolsonaro concordou em renegociar o acordo.

Na visão do governo brasileiro, o momento é de deixar os técnicos trabalharem e manter a discrição a respeito do tema.

Questionado a respeito do que motiva essa postura, uma fonte do governo brasileiro faz duas perguntas: "É possível ter negociação com os paraguaios

agora que não gerem instabilidade? É possível fechar um acordo agora que possa ser apresentado ao público?".

A resposta, diz a fonte, é "não".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Transparência nas estatais estaduais

Não causa estranheza o fato de que a Região Nordeste, entre as mais carentes de desenvolvimento, abrigue 91 empresas estatais estaduais, ou 35% das 258 companhias do gênero no País, segundo estudo recente do Tesouro Nacional. Afinal, estatais são, muitas vezes, braços políticos do poder local, dando abrigo a centenas ou milhares de amigos, correligionários e parentes dos governantes.

Sob o título As 258 empresas dos Estados brasileiros, o Tesouro compilou e consolidou informações valiosas sobre as companhias, muitas das quais criadas para oferecer serviços básicos à população, mas que raramente seguem regras comuns às grandes empresas privadas, como boa governança corporativa, elevada produtividade, rigor administrativo e uso cauteloso de recursos.

Em 2018, os Estados transferiram às estatais sob seu controle R\$ 11,4 bilhões como reforço de capital e R\$ 4,7 bilhões em subvenções, recebendo R\$ 2,2 bilhões de dividendos. O desembolso líquido dos Estados, muitos dos quais enfrentando gravíssimos problemas fiscais, foi de cerca de R\$ 14 bilhões, montante que teve por origem a arrecadação tributária, operações de crédito e royalties, entre outras fontes.

O Tesouro trabalhou só com informações disponíveis, notando-se que 120 das 258 estatais analisadas nada informaram quanto a capital, subvenções ou dividendos. O Estado de São Paulo é uma das exceções. Tem o maior número de estatais (20) e divulga, anualmente, balanços e informações no site do governo.

As estatais avaliadas pelo Tesouro estão divididas entre dependentes – que receberam do Estado controlador recursos para pagar despesas com pessoal, custeio e capital – e não dependentes. Minas Gerais tem o segundo maior número de estatais (19). O Rio está em pior situação: tem 11 empresas e todas são dependentes. Apenas três estatais mineiras são dependentes. Em São Paulo, há seis nessa condição.

O estudo do Tesouro propicia transparência ao Estado, mostrando a urgência de distinguir estatais saudáveis de estatais deficitárias. Estas têm de ser saneadas

ou fechadas. Já as empresas lucrativas que atuam em energia e saneamento – setor que gerou quase R\$ 5 bilhões de lucro no ano passado – ou na área financeira poderiam ser privatizadas, ajudando a recuperação fiscal dos Estados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mineradoras prometem mudar após Brumadinho

Belo Horizonte- Sob protesto de família das vítimas da tragédia de Brumadinho (MG), as grandes mineradoras com atuação no Brasil abriram conferência do setor nesta segunda (9) com promessas de maior segurança, em esforço para melhorar sua imagem.

As empresas assinaram carta compromisso com propostas para melhorar a segurança operacional e o relacionamento com as comunidades das regiões onde atuam.

Com um saldo de 249 mortos e 21 desaparecidos, o rompimento de barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro, é considerado o maior desastre ambiental brasileiro.

Em 2015, o rompimento de barragem controlada pela empresa e pela BHP Biliton em Mariana (MG) já havia deixado 19 mortos e um rastro de destruição.

“Estamos aqui para tratar do futuro da mineração. Mais do que isso, da mineração do futuro”, disse Wilson Brumer, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). “Não vamos esquecer o que aconteceu. Precisamos tirar lições para que fatos como esses jamais se repitam”, continuou.

Durante os discursos, um grupo ergueu cartazes lembrando os mortos. Alguns gritos de “assassinos” foram ouvidos. O protesto foi ignorado por quem discursou. Nicola Pamplona

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo

Título: Apoio a privatizações cresce com Bolsonaro, mas não tem maioria

Percentual de brasileiros favoráveis a transferir estatais para o setor privado passa de 20% a 25%, aponta Datafolha

São Paulo- Cresceu o apoio da população às privatizações, embora as pessoas favoráveis à venda de empresas públicas ainda sejam minoria no país.

Pesquisa Datafolha feita em 29 e 30 de agosto mostra que 25% são a favor da transferência de estatais para o setor privado, o que significa 1 em cada 4 entrevistados. Na pesquisa anterior, feita em novembro de 2017, no governo Michel Temer, eram 20%.

A oposição a privatizações oscilou na margem de erro, de 70% para 67%. Declararam não saber 6% dos entrevistados, e 2% são indiferentes.

O levantamento mostra que, quanto maior o conhecimento que a pessoa declara ter sobre “o plano do governo para vender os Correios e outras empresas públicas”, maior o apoio e menor a rejeição.

A aprovação de privatizações entre os que dizem estar bem informados chega a 44%, cai para 34% entre os mais ou menos informados, para 21% entre os mal informados e para 15% entre as pessoas que dizem não ter tomado conhecimento sobre o tema.

Entre as estatais citadas pelos pesquisadores, os Correios são a que tem menor rejeição para ser vendida (33% a favor e 60% contra). Em seguida, estão os bancos públicos (29% a favor e 65% contra) e a Petrobrás (27% a favor e 65% contra).

A estatal do setor de petróleo e gás já havia sido incluída em duas pesquisas anteriores. Em março de 2015, 24% eram favoráveis a vender a empresa, e 61% se declararam contrários. Em novembro de 2017, os percentuais eram, respectivamente, 21% e 70%.

O cenário é, portanto, mais favorável à privatização na avaliação mais recente do que no levantamento feito em 2017. Na comparação com 2015, há empate, considerando a margem de erro de 2 pontos para mais ou para menos.

O levantamento atual mostra que nenhum segmento endossa a venda da petrolífera, com exceção dos que se declaram simpatizantes do partido do presidente Jair Bolsonaro, o PSL (55% a favor). Entre os que votaram no presidente em 2018, no entanto, apenas 36% apoiam a venda da empresa.

O Datafolha mostra ainda que a aprovação das privatizações em geral é mais alta entre homens (32%), pessoas com ensino superior (38%), com renda acima de dez salários mínimos (50%) e empresários (51%).

O tema também tem mais apoio de simpatizantes do PSL (67% a favor e 27% contra) do que dos eleitores de Bolsonaro (36% a favor e 56% contra).

No mês passado, o governo ampliou a lista de projetos que deseja conceder à iniciativa privada, ao incluir presídios, escolas, creches e parques nacionais no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Foram incluídas nove estatais no programa: Telebras, Correios, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos.

Outras seis já haviam sido qualificadas: Eletrobras, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo) e Casa da Moeda. A Lotex (raspadinha) também será concedida.

A Petrobrás não está na lista, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a privatização da empresa não está descartada pelo presidente Jair Bolsonaro. No mês passado, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que a venda da companhia será estudada pelo PPI.

O governo tem vendido várias subsidiárias da Petrobrás para reduzir o tamanho da estatal e torná-la mais focada em sua atividade principal.

Em relação aos bancos públicos, a ordem do Ministério da Economia é reduzir o tamanho das empresas e vender subsidiárias. Além disso, o governo irá vender a parte das ações da União no Banco do Brasil supera o controle acionário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estreia

PAINEL S.A.

Além dos protestos das famílias de vítimas de Brumadinho, a Exposibram começou nesta segunda (9), em Belo Horizonte, com outros percalços. A organização do congresso de mineração teve de enviar um aviso aos expositores alertando que, nas últimas semanas, havia uma empresa sem autorização tentando abordar os participantes para falar de comercialização ligada ao evento.

Brasa

Um grupo de participantes e assistidos da Petros quer cobrar do fundo de pensão uma reação à decisão tomada pelo governo e pela Procuradoria-Geral da República na semana passada de destinar recursos do fundo da Lava Jato para combater queimadas na Amazônia.

Brasa 2

“A Petros deveria ter interferido porque esses recursos têm que ser usados para ressarcir os prejudicados pela corrupção, que levou nosso investimento da vida inteira. Vamos entrar em contato com a frente parlamentar criada em defesa do fundo”, diz o petroleiro aposentado Alfredo Paes Ferreira Junior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rogério Gentile

Título: Governo Doria quer reduzir tarifa de pedágio para caminhões à noite em SP

Medida, que será negociada com concessionárias, valerá apenas para alguns trechos de rodovias

São Paulo - O Governo de São Paulo planeja reduzir a tarifa dos pedágios para caminhões no horário noturno a fim de otimizar o uso das estradas.

A medida, que deve ser implantada a partir do ano que vem, valerá apenas para determinados percursos dentro do que é chamado na administração João Doria (PSDB) de nova matriz logística do estado.

Levando em conta a origem, o volume e o destino dos principais produtos transportados, o governo estadual pretende estabelecer rotas ideais para o tráfego de cargas.

O caminhoneiro que usar a rota indicada, das 22h às 6h, teria direito ao pedágio com valor diferenciado. O percentual de redução ainda não foi definido.

“Além de melhorar o trânsito e evitar acidentes, queremos diminuir o custo Brasil, que prejudica a competitividade dos nossos produtos”, diz o secretário de Logística e Transportes, João Octaviano, citando os prejuízos potenciais de uma carga parada num congestionamento.

O secretário pretende realizar nas próximas semanas conversas com as entidades setoriais e com as concessionárias das rodovias para negociar pontos do projeto.

A chegada e a saída de veículos na região metropolitana de São Paulo pelas estradas aumentou em cerca de 20% entre 2007 e 2017, de acordo com a pesquisa Origem e Destino, realizada pelo Metrô.

Cerca de 528 mil veículos transitam pelas rodovias que cortam a Grande São Paulo todos os dias. Os caminhões representam 24%.

Por conta desse crescimento, sobretudo nos horários de pico, a formação de filas nos acessos da capital paulista virou uma rotina que se contabiliza em quilômetros.

A implantação do pedágio com tarifa reduzida à noite depende de ajustes nos contratos de concessões das rodovias em curso ou mudanças nos novos editais.

As concessionárias costumam se posicionar contra as diferenciações no preço das tarifas com o argumento de que provocam impacto no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A tarifa é definida com base num cálculo que leva em conta a previsão de tráfego, o custo das obras previstas, as despesas com a operação, o pagamento de financiamentos e o retorno para os investidores, entre outros fatores.

“Se o valor da tarifa é reduzido para alguns, precisa ser aumentado para outros de modo a reequilibrar custos e receitas”, diz a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias em documento que trata genericamente sobre propostas de diferenciação de tarifas. A associação não concedeu entrevista à Folha para tratar da proposta da administração Doria.

Octaviano diz acreditar que as empresas concordarão com a redução na tarifa noturna por conta da economia que vão obter com a redução no número de acidentes.

As empresas, afirma o secretário, quando há uma colisão, arcam com o custo de remoção dos veículos. “Comum número menor de caminhões conflitando com os automóveis, haverá uma redução na quantidade de acidentes e na quantidade de acidentes graves”, afirma Octaviano.

Outro fator que pode dificultar a implantação da medida é a questão da segurança. No ano passado, de acordo com dados da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, houve 22.500 episódios de roubo de cargas no país.

O número de ocorrências é menor do que o de 2017 (25.950), mas ainda representa uma quantia enorme. Em 2013, foram 15.200 casos. Cerca de R\$ 1,4 bilhão em cargas teria sido subtraído no ano passado, segundo a entidade.

Por conta do risco, de acordo com Tayguara Helou, presidente do sindicato das empresas de transporte de carga de São Paulo, em situações específicas, seguradoras estabelecem que a cobertura não vale para o período noturno.

Tayguara, mesmo assim, defende a redução no valor da tarifa à noite, desde que a medida não acarrete, como contrapartida, em uma majoração no preço da diurna.

“Toda medida que signifique uma flexibilidade na tarifa é bem-vinda”, afirma. “São Paulo tem boas rodovias, que não são de primeiro mundo, é bom que se diga, mas são muito onerosas”.

O governo afirma que, ao adotar o desconto nos pedágios, irá reforçar a segurança nas rodovias, com mais policiamento no tráfego noturno nos corredores logísticos.

Além do pedágio mais em conta à noite para caminhões, a secretaria pretende implantar um modelo nas rodovias paulistas que prevê tarifas reduzidas para os chamados usuários freqüentes.

Um projeto-piloto foi lançado em julho no edital de concessão dos 1.273 quilômetros do Lote Piracicaba-Panorama, que liga a cidade da região de Campinas ao município localizado no extremo oeste do estado, na divisa com Mato Grosso do Sul.

Os carros de passeio e veículos urbanos de carga terão descontos progressivos, de acordo com o uso da via, até um limite estimado de 74%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/09/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: Petroleiras disputam blocos ‘que sobraram’ de outros leilões

Descoberta em Sergipe e novo marco para o gás atraem gigantes do setor

A corrida do gás — com as recentes descobertas da Petrobras em Sergipe e as mudanças regulatórias no setor — levou gigantes petrolíferas a entrarem na disputa por 273 blocos de exploração preteridos em leilões anteriores do setor. O primeiro certame deste tipo, de Oferta Permanente, será realizado hoje pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). São 47 empresas, muitas de pequeno e médio porte, que tradicionalmente se interessam pelos blocos terrestres, a maioria entre os que estão na lista deste leilão.

Entre as companhias inscritas há gigantes como Exxon Mobil, Shell, Petrobras, Repsol, a chinesa CNOOC e até a Eneva, que atua na geração de energia termelétrica. Para especialistas, os blocos no mar estão no radar das empresas.

A Petrobras fez este ano em Sergipe sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006, e espera extrair de seis campos 20 milhões de m³ de gás natural por dia, o equivalente a um terço da produção do Brasil.

Dos 24 blocos no mar que serão oferecidos no leilão desta semana da ANP, nove estão em águas profundas da Bacia de Sergipe/Alagoas. Outros 15 blocos na Bacia de Campos são em águas rasas e despertam interesse porque ficam próximos aos campos do pré-sal. As gigantes do setor estão de olho nas mudanças no marco regulatório do gás.

O governo lançou em julho o Programa do Novo Mercado de Gás, que vai quebrar o monopólio da Petrobras no transporte por gasodutos do país, incentivar a privatização de distribuidoras estaduais e facilitar a venda em novos formatos, como o fracionamento de botijões. O objetivo é ampliar a concorrência no setor e reduzir os preços. Em terra, serão oferecidos 249 blocos, em áreas nas bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas.

A meta do governo é aumentar a produção atual de petróleo em terra da ordem de 270 mil barris por dia para 500 mil até 2030, tentando atrair pequenas e médias empresas e incentivar a criação de empregos no Nordeste. Outras 14 áreas a serem leiloadas serão campos maduros. Na Oferta Permanente, a ANP oferece em leilão todos os blocos exploratórios de um setor que recebeu solicitação de interesse por empresas. Sendo assim, não se sabe quantas empresas vão apresentar propostas nem para quantas áreas.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, diz que o leilão deve atrair empresas estrangeiras para explorar petróleo em terra em campos maduros.

Para Carlos Frederico Bingemer, sócio da área de Infra-estrutura e Recursos Naturais do BMA Advogados, as mudanças nas regras para arrematar blocos em

áreas terrestres feitas pela ANP fizeram com que áreas que antes não tinham tido interesse se tornassem agora atraentes.

Uma das mudanças foi reduzir royalties. Em bacias maduras, como Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Potiguar, o percentual foi fixado em 7,5%. Na Bacia do Parnaíba, em 5%. Até então, o percentual de royalties na produção em terra era de 10%, o mesmo cobrado na produção marítima.

Os valores mínimos de bônus de oferta para esses blocos variam de R\$ 13.439 a R\$ 60.476.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Metas e planos da Petrobras

A Petrobras tem como meta uma redução da dívida corporativa dos atuais US\$ 100 bilhões para US\$ 60 bilhões em dois anos. É meta considerada agressiva no setor, mas é a que ela está mirando. Isso será conseguido com a venda de partes da companhia, e os valores arrecadados serão usados para pagamento antecipado de débitos. Já o dinheiro que virá da União, no programa de cessão onerosa, será usado para investir no próprio pré-sal.

A estatal tem que manter três bolas no ar: reduzir o endividamento, aumentar o investimento e enxugar custos. Ela tem uma dívida alta e precisa continuar ampliando a produção. Para manter a produção, precisa investir no mínimo US\$ 3 bilhões por ano. O custo dos juros da dívida é de US\$ 7 bilhões anuais.

A empresa bateu recorde de produção no mês de agosto, chegando a 3,1 milhões de barris/dia e, se o crescimento for mantido, só o Rio de Janeiro pode vir a ser, muito em breve, o terceiro maior produtor das Américas, atrás dos Estados Unidos e do Canadá.

O setor receberá também muito capital privado. Há um grande interesse de companhias estrangeiras no leilão da cessão onerosa. Uma delas é a Equinor. O risco é a norueguesa ser pressionada internamente em seu país a não elevar investimentos aqui em decorrência da crise ambiental. Hoje, o Brasil é seu segundo maior local de inversões da Equinor, depois da própria Noruega.

Por ironia do destino, o grande acontecimento econômico deste primeiro ano do governo Bolsonaro é decorrente de uma operação feita no governo do PT, a cessão onerosa. Era uma jabuticaba, inicialmente. Para capitalizar a empresa, o governo, em 2010, ofereceu à Petrobras o direito de exploração de 5 bilhões de

barris na Bacia de Campos, sem licitação. Esse excedente virou o grande ativo, que está para ser leiloado, por causa da competência técnica demonstrada pela Petrobras. Além do que vai receber da União, como ressarcimento por ter encontrado mais petróleo do que o originalmente negociado nas áreas cedidas, receberá também das empresas que arrematarem no leilão. Isso sem falar no que arrecadarão a União, os estados e os municípios.

Nesse equilíbrio entre novos investimentos e pagamento da dívida, a Petrobras está vendendo quatro refinarias: RNEST, a famosa Abreu e Lima; RLAM, na Bahia; Repar, no Paraná; e a Refap, no Rio Grande do Sul. Até agora já houve mais de 20 interessados, e essa privatização está prevista inicialmente para março de 2020. Além disso, está entregando concessão ou vendendo negócios no Uruguai e Paraguai. O leilão do gasoduto Brasil-Bolívia tem um calendário mais incerto, porque depende da negociação de um contrato com o governo da Bolívia. Serão vendidos diretamente, ou através de IPO, as “rotas”, ou seja, os gasodutos submarinos e as 15 termelétricas. Os campos maduros e em terra têm sido vendidos paulatinamente.

Ao fim, a Petrobras será inteiramente focada em produção de óleo e gás. Com refinarias no Rio, São Paulo e Espírito Santo. E talvez volte a crescer na área petroquímica usando gás natural. Para reduzir o endividamento, a empresa está ao mesmo tempo pré-pagando dívida, como fez com seu maior credor, o China Development Bank, a quem pagou US\$ 3 bilhões dos US\$ 18 bilhões que devia e pretende quitar antecipadamente outros US\$ 5 bi. Com o lançamento de bônus, ela vem também alongando a dívida concentrada no curto prazo. O ex-presidente Ivan Monteiro havia começado o processo de alongamento, que está sendo ampliado agora.

Ao mesmo tempo, a estatal tenta reduzir custos que vieram do grande inchaço da companhia em anos anteriores. Um exemplo disso é a sede em Salvador, um prédio tão superdimensionado que estão vazios 17 dos seus 22 andares. Ou a sede no Espírito Santo, prédio ao qual está amarrada por um contrato de aluguel de mais de 20 anos.

Outras petrolíferas estão migrando para serem empresas de energia com cada vez mais ativos em fontes de baixa emissão. A orientação na Petrobras é focar em petróleo. Da perspectiva da economia, o encolhimento da estatal vai abrir espaço para haver no país uma indústria de refino com competição, um setor de produção de águas rasas e campos terrestres com produtores pequenos e médios, e uma indústria de distribuição de gás.

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/09/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: Royalties e pacto federativo**

Royalties e participações especiais são compensações financeiras pagas ao poder público pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. A Lei nº 12.734/2012 alterou as regras de distribuição dessas receitas entre os entes federativos, propondo-se a contemplar mais igualitariamente todos os estados e municípios do país, ao custo da redução drástica e desproporcional dos percentuais devidos aos estados e municípios produtores.

O Supremo Tribunal Federal, em março de 2013, suspendeu cautelarmente os dispositivos da referida lei que modificavam a sistemática anterior, em decisão irretocável da ministra Cármen Lúcia, proferida na ADI nº 4.917. O Plenário julgará o mérito de tal ação no dia 20 de novembro próximo. De tal julgamento depende o futuro não apenas do pacto federativo brasileiro, mas, sobretudo, das pessoas e do meio ambiente impactados pelas atividades petrolíferas nos estados e municípios produtores.

A Constituição de 1988 contemplou a participação nas receitas oriundas dessas atividades como parte essencial do pacto federativo por duas razões: primeiro, para compensar a sobrecarga nos serviços públicos dos entes subnacionais que sofrem o impacto em sua população e território da exploração e produção; segundo, como compensação pela perda de arrecadação do ICMS, uma vez que este é cobrado no destino da produção, em exceção à regra geral, que é a cobrança na origem.

Com efeito, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição, as participações governamentais têm caráter compensatório, necessariamente vinculado aos entes políticos que suportam as externalidades das atividades petrolíferas e que, ademais, não foram aquinhoados com a possibilidade da cobrança do ICMS na origem. Por isso, ao criar regras de distribuição desvinculadas de tal lógica, a Lei nº 12.734/2012 incorre em flagrante vício de inconstitucionalidade, comprometendo, ainda, a continuidade dos serviços públicos nos entes federativos produtores, como saúde, educação e segurança pública.

De acordo com a Superintendência de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a eventual entrada em vigor da malsinada Lei nº 12.734/2012 reduzirá à metade as participações especiais dos estados produtores e a menos que isso no que se refere aos municípios. Só no Estado do

Rio de Janeiro e seus municípios, as perdas seriam da ordem de R\$ 12,2 bilhões em 2019, alcançando R\$ 68,4 bilhões, em cinco anos. Por outro lado, o acréscimo de receita para os estados não produtores seria ínfimo, da ordem de 0,2% para o Rio Grande do Sul, 0,4% para o Paraná e 0,5% para Minas Gerais. Em uma palavra: a Lei nº 12.734/2012, além de comprometer o equilíbrio federativo estabelecido na Constituição, é um típico exemplo populista de medida “perde-per-de”: os entes produtores têm tudo a perder, e os não produtores, nada significativo a ganhar. Espera-se que o Supremo cumpra seu papel de guardião da Constituição e declare a sua invalidade jurídica.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/09/2019

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Promessa de US\$ 62 bi aplicados por empresas

O avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência, no Senado, e de pautas como a reforma tributária, nas duas Casas do Congresso, melhorou a visão dos empresários e, segundo levantamento feito pela Rede Nacional de Informações sobre Investimento (Renai), do Ministério da Economia, a intenção de empresas privadas de aplicar no país, demonstrada no primeiro semestre, soma US\$ 61,74 bilhões (cerca de R\$ 253 bilhões, pelo dólar de ontem), o que representa 46% do total do que foi investido no ano anterior. Entre as grandes empresas brasileiras citadas no levantamento da Renai, estão, Ambev, JBS, Vale do Rio Doce.

Os níveis atuais de investimentos até junho deste ano se aproximam do total investido nos anos de 2015 e 2017. Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, embora a intenção não seja investimento efetivo, é provável que o número se concretize e aumente neste segundo semestre. “Em relação ao ano passado, por exemplo, temos que considerar que o segundo semestre teve eleições, desdobramentos da Lava-Jato e outros fatores de instabilidade. Então, neste ano, devemos avançar mais nesse valor, já que estamos mais estáveis”.

Agostini explicou que a alta na intenção de investimento mostra uma reação à mudança na gestão política econômica do país, que visa dar mais liberdade econômica. “A expectativa é que a nova gestão dê maior potencial de investimento. O que falta agora é acontecer as reformas, mas isso tem caminhado aos poucos”, explicou.

As empresas nacionais ligadas ao setor público — Petrobras, Eletronorte (Eletrobras) e a Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp) — anunciaram juntas um total de US\$ 21,01 bilhões em investimentos. Agostini

destacou que essas empresas são de áreas estratégicas que demandam altos volumes de investimentos. “É natural que esse setor registre os maiores valores”, afirmou.

Enquanto a Petrobras deve investir US\$ 15 bilhões em extração de petróleo e atividades de pesquisa e desenvolvimento, a Sabesp planeja aplicar US\$ 5,08 bilhões na captação, tratamento e distribuição de água no estado de São Paulo. Já a Eletronorte planeja destinar US\$ 977 milhões para eletricidade na região Norte do país.

No setor privado, as maiores intenções de investimento são de empresas do segmento de papel e celulose. A Euca Energy programa aplicar US\$ 2,55 bilhões na implantação de uma fábrica de celulose em Alto Araguaia (MT). A Kablin direcionará US\$ 2,37 bilhões na expansão de papéis para embalagem.

Para melhorar a atratividade do país, Agostini defende a redução do Estado. “Não dá para o Brasil querer atrair investidor sendo que o principal competidor é o governo. Mas, de novo, isso é algo que já está sendo resolvido com a nova gestão, permitindo que a iniciativa privada ganhe espaço”, disse.

Ele destaca que o momento atual ainda é de ajuste e conflitos institucionais do governo, então é normal que o impacto demore a ser sentido. “Os investidores estrangeiros, por exemplo, lidam com duas inseguranças: a de que o principal gestor do país (o presidente Jair Bolsonaro) ainda gera muita insegurança tanto dentro como fora do Brasil; e a do cenário internacional adverso, que tem deixado os investidores mais cautelosos”, esclareceu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/09/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Bunge e BP juntas em bioenergia

Mercado S/A

A americana Bunge e a britânica BP se uniram para criar a BP Bunge Bioenergia. A empresa terá 50% de participação de ambas as companhias e deve se tornar a segunda maior do setor sucroenergético do país, atrás da Raízen. Com a adição dos ativos da Bunge, com suas oito usinas, e da BP, com três unidades, a BP Bunge Bioenergia terá capacidade de moagem de 32 milhões de toneladas por ano. A transação envolve um pagamento à Bunge de US\$ 775 milhões.

MME / ASCOM .